

Migrações: a nova face de um velho problema

Autora: IZETE SOARES DA SILVA DANTAS PEREIRA - Prof^a. Dra. em Saúde Pública pela USP

Resumo: A perspectiva histórico-estrutural, Teorias dualistas do mercado de trabalho, Teoria da Nova Divisão Internacional do Trabalho (NDIT) Teoria dos enclaves econômicos e o Modelo de Repulsão-Atração. As condições ambientais, econômicos, sociais ou políticas, nos pontos de partida e de chegada, favorecem a formação e durabilidade de determinadas correntes migratórias.

Palavras-chave: Migração; Percurso migratório; Teorias e Modelos.

INTRODUÇÃO

O estudo das migrações tem vindo gradativamente a afirmar-se como um campo de investigação cada vez mais autônomo no âmbito da sociologia e, como disciplina específica, do conhecimento científico.

Relativamente a este campo, é notório verificar a existência de uma comunidade científica cada vez mais dinâmica, centrada em torno da problemática das migrações. É o caso de Brinley Thomas (1973) na área da História econômica; Georges Tapinos (1974;1992); na Demografia económica; W. Clark (1982) e John Salt (1986) no âmbito da geografia; Douglas Massey (1987; 1992); Alexandro Portes (1978; 1981) na Economia; Aristide Zolberg (1989) e Anthony Richmond (1989) na sociologia (ROCHA-TRINDADE, 1995).

Esse conjunto de investigadores oriundos de diferentes áreas disciplinares no âmbito das Ciências Sociais, tem procurado superar quer doutrinas, quer abordagens parcelares. Buscam recorrer aos paradigmas do conhecimento, bem como aos aparelhos conceituais das várias ciências, para estabelecer comparações entre processos migratórios concretos (ROCHA-TRINDADE, 1995, p. 7).

Neste sentido, pode-se afirmar que o percurso de construção de um corpus teórico-metodológico acerca do objeto migrações, ainda que em fase de autonomização, começa a revelar os primeiros resultados, tendo em vista a fundamentação de um campo de especialização disciplinar específico (chamada).

Ao longo do século XIX até inícios do século XX, apesar dos movimentos migratórios terem constituído motivo de interesse para a Economia Política, História Política, Demografia Histórica e para a Geografia, estas estudaram-nos quase sempre como manifestações até certo ponto marginais, no que diz respeito aos objetos específicos de cada uma das disciplinas. Esta “marginalidade”, refere-se à forma como a problemática dos movimentos populacionais, internos e internacionais, foi perspectivada pelas várias abordagens, especialmente no que diz respeito ao estatuto do objeto *migrações*.

Assim, até inícios do século XX, o reconhecimento social das propriedades instrumentais da ciência foi de certa forma justificado pelo desenvolvimento tecnológico. Isto tornou difícil desenvolver uma concepção autônoma de sociedade tendo como objeto fundamental os seus principais intervenientes: os atores sociais. Quando o desenvolvimento desta concepção se tornou possível, procurou-se encontrar para a intervenção destes atores, uma finalidade instrumental, fora de qualquer consciência que não a da própria racionalidade do progresso histórico. Os movimentos populacionais, entre os quais as migrações se incluem, não podem dispensar a descrição quantitativa, e nem podem ser compreendidos como meros fatos demográficos, como coisas. Os movimentos migratórios são movimentos coletivos, cujo impacto afeta o desenvolvimento das populações. Estes não podem ser separados dos fatos sociais e culturais que, em larga medida, os determinam. São fenômenos, histórica e culturalmente determinados, irreduzíveis a comportamentos objetivos e racionais, quer individuais quer de grupo. Obrigam a considerar o estabelecimento de redes de interligações entre indivíduos, grupos e sociedades e em contextos com graus de desenvolvimento diversificados, complexos e interdependentes.

A partir da II Guerra Mundial, em especial, as mudanças nos padrões de relacionamento internacionais, o carácter global das migrações e da complexidade dos alinhamentos interétnicos, veio demonstrar que as migrações não representavam fenômenos sociais isolados. Os fenômenos migratórios tornaram-se alvo de um interesse especial no momento em que se tornou indispensável a colaboração internacional, principalmente no âmbito do controle dos contingentes de trabalhadores. O impacto das migrações no período do capitalismo industrial, confrontou investigadores com padrões de mobilidade interna e internacional extremamente complexos. A coexistência de mecanismos e processos migratórios

diferenciados numa mesma área geográfica, os tipos e padrões de selectividade anteriormente observados e as consequências, internas e internacionais, das migrações na estrutura dos mercados de trabalho, tornaram-se evidentes.

Do ponto de vista político, a problemática das migrações ganhou uma importância tão grande como a atribuída a outros desafios mundiais. Entre esses pode-se citar o ambiente, o desequilíbrio económico entre regiões ou o crescimento demográfico. Mas a preocupação em explicar e controlar os mecanismos migratórios, conferindo um sentido e um significado às interconexões funcionais estabelecidas entre indivíduos e grupos continuou a dificultar a conceitualização das migrações como um objeto de investigação autónomo, independente das finalidades da ação humana.

Com efeito, os economistas procuraram estabelecer relações entre os recursos e a população e analisaram a mobilidade do fator trabalho no âmbito das trocas de mercado. Os historiadores procuraram, sobretudo, nos movimentos da população as consequências das transformações económicas e sociais. Relacionaram os conceitos de migração, ao êxodo rural e aos processos de industrialização e de urbanização. Os geógrafos preocuparam-se sobretudo com a distribuição dos homens no espaço, com o povoamento e com as deslocções populacionais.

Os demógrafos observaram a estrutura e a distribuição da população, quase sempre mais atenta ao crescimento em si mesmo, do que ao ritmo do seu desenvolvimento.

Abordagens sobre Migrações

O fenómeno migração possui uma multiplicidade de fatores intervenientes cuja importância progressivamente se foi reconhecendo, dando origem a diferentes abordagens, teorias e modelos de diferentes autores sobre o tema

O termo emigração, segundo Rocha-Trindade:

Designa tradicionalmente o ato de emigrar, isto é, a saída de alguém com ausência suposta de duração significativa, do país que é seu por nacionalidade e por vivência no território que politicamente lhe está adstrito. A emigração assume formas e características diversas, espaciais ou temporal, em função de variáveis políticas, económicas e

sociais. Emigrar significa , portanto, deixar a pátria ou a terra própria para se refugiar, trabalhar temporariamente ou estabelecer residência em um lugar estranho.(1995, p. 37).

A diferença de designações, atribuídas aos mesmos indivíduos, corresponde também a diferentes estatutos sociais. O emigrante é um nacional ausente, com perda pouco significativa de direitos no país de onde provém e, talvez até, uma certa diminuição dos deveres e obrigações inerentes à sua qualidade de cidadão. Em contrapartida, como imigrante, é um estrangeiro vindo de fora, encontrando uma sociedade que provavelmente desconhece e onde terá de inserir-se, sujeitando-se às leis que a administram. Leis essas que regulam as relações públicas e privadas que irão desenvolver durante a estadia que aí venha a fazer. Estas condicionam a sua provável situação de cidadão estrangeiro, limitando os direitos e prerrogativas. E não deixam, por outro lado, de lhe criar os mesmos deveres e obrigações a que os nacionais, desse país, estão sujeitos.

Para além dos elementos humanos individuais, que corporizam o processo da emigração/imigração, estão em causa duas realidades cuja consideração em paralelo ou em contraposição, se torna indispensável considerar: o país de origem e o país de destino. Este também chamado país de acolhimento, país receptor ou país de residência. Essas designações encontram franca correlação com o desenvolvimento das situações que, cronologicamente, se desenvolvem desde o país de emigração ao país de imigração.

Por migração entende-se um processo social condicionado por múltiplos fatores, que motivam o deslocamento espacial de contingentes populacionais de seus lugares de nascimento para outros e que podem variar segundo os níveis de aspiração.

Para Rocha-Trindade (1997, p. 37) “designa-se por *percurso migratório* ou itinerário migratório, o conjunto de passos, ações ou situações, dados ou e por um indivíduo (ou grupo) migrante, com relevância para o processo em que se encontra envolvido”.

No início do processo situa-se em geral a *intenção de partir* para a qual influi um complexo de dados, tais como: informação recebida sobre o lugar de destino, insatisfação com a situação presente, formulação de expectativas de futuro, balanço de alternativas de decisão. Dito de outro modo, a intenção de

partir radica-se num conjunto de causas. Algumas dessas poderão ser objeto de percepção individual, enquanto outras terão carácter coletivo ou até estrutural.

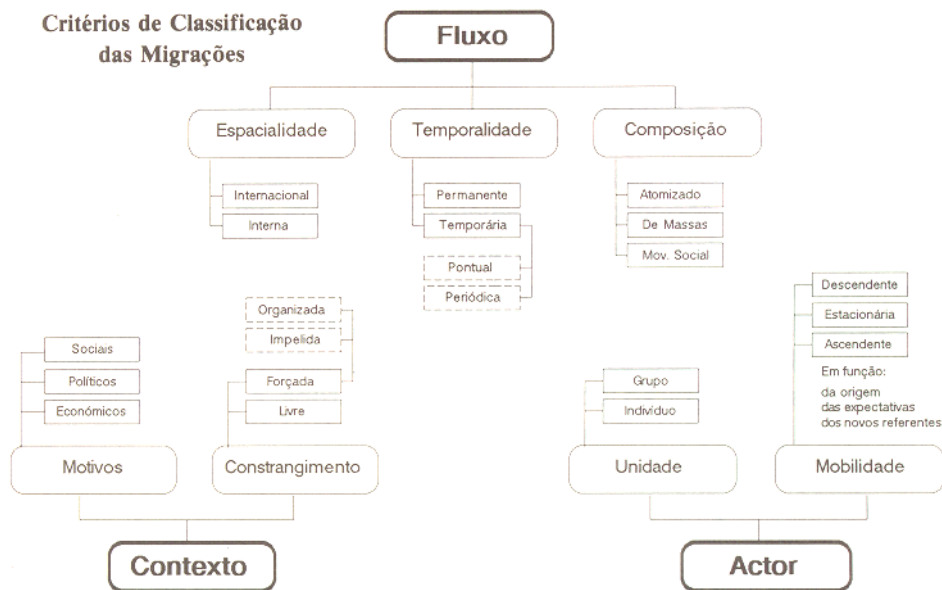
A fase denominada de *inserção* representa a estabilização das características essencialmente transitórias da primeira instalação. Constitui a parte principal da estada no país receptor. Dependendo da sua duração, poderá ter lugar durante o período em que decorre o reagrupamento familiar, a multiplicação de gerações, a criação de uma nova comunidade imigrada e, até, posteriormente, o estabelecimento de uma minoria visível.

A *fixação* com carácter permanente, eventualmente consagrada por um ato formal de naturalização (aquisição de uma nova nacionalidade) não é alternativa única num percurso migratório. O regresso ao país de origem pode ser a opção escolhida pelo imigrante por considerar: Que foram totalmente atingidos os objetivos de partir ou que Modificaram-se as razões determinantes da emigração, Alteração substancial das condições que lhe são proporcionadas para viver e trabalhar em terra estrangeira ou ainda em caso de insucesso total e irremediável.

Mesmo este processo de regresso não é totalmente linear ou isento de riscos. Isto porque, provavelmente, se terá alterado, entretanto, no país de origem, o panorama económico, político social e cultural que o emigrante conheceu antes da sua partida. Assim, pode-se considerar a existência de uma fase de *reinserção*.

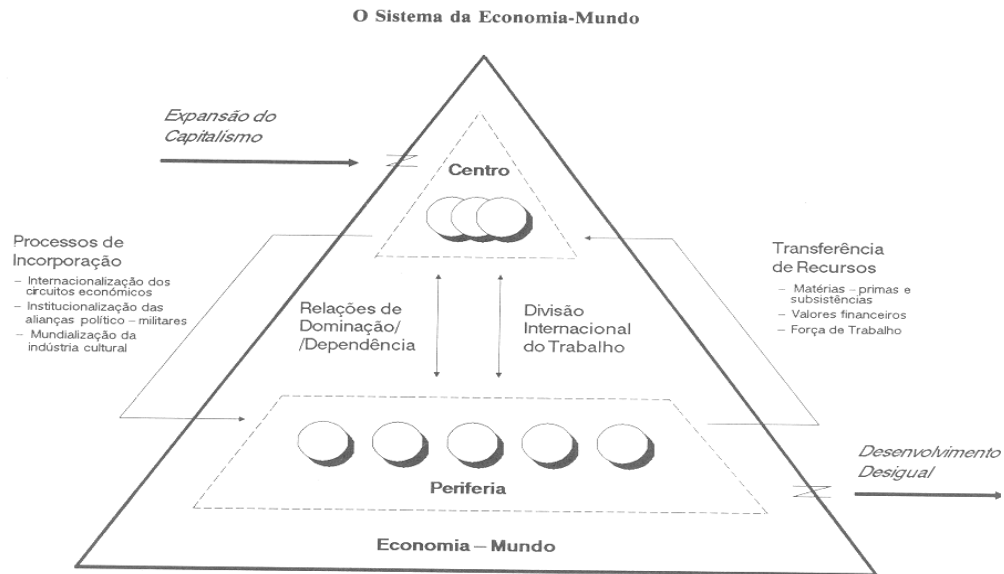
A classificação de tipologias das migrações constitui, por isso, aspecto fundamental, quando se pretende contextualizar o assunto. Dos diversos contributos é possível reter sete critérios básicos de classificação: aos limites espaciais do movimento migratório; à dimensão temporal da situação migratória; à composição do fluxo migratório; ao tipo de fatores contextuais sobre os quais se centra a avaliação conducente à decisão de migração; ao grau de liberdade individual presente no momento da migração; ao tipo de ator envolvido no fluxo migratório; às alterações nas condições de vida do migrante, decorrentes da trajetória percorrida.

A subdivisão destes critérios básicos e específicos permite delimitar uma multiplicidade de casos possíveis, cuja utilidade depende do contexto histórico em análise e das necessidades de cada estudo, como pode ser visualizado no quadro abaixo.



No plano das migrações internacionais contemporâneas, esses critérios permitem delimitar dois tipos de movimentos de mobilidade espacial, ainda não referidos, mas de particular relevância: o povoamento colonial e as migrações forçadas. Os processos de povoamento colonial distinguem-se das migrações laborais clássicas. No plano das motivações as situações de mobilidade bloqueada são tão ou mais valorizadas do que a simples procura de melhores condições materiais de vida. No que se refere às alterações nas condições de vida dos migrantes, os resultados são em geral globalmente positivos, uma vez que não envolvem os custos de uma integração segregada subordinada. As migrações forçadas caracterizam-se por terem habitualmente origem em mudanças na esfera política. Em muitos casos são acompanhadas por conflitos com base étnica ou religiosa. Implicam um reduzido grau de liberdade dos atores na decisão de migrar. Migrações laborais, povoamento colonial e migrações forçadas, são três processos de mobilidade espacial que estruturaram, no plano dos movimentos da população.

Wallerstein (1994) defendeu a necessidade de se encararem os fenômenos econômicos e sociais associados a questão da migração como parte integrante de um sistema-mundo, como observado na figura abaixo.



Para o autor o desigual desenvolvimento capitalista resultaria na dependência, funcional e hierárquica dos países subdesenvolvidos - a periferia - em relação aos países de forte crescimento econômico - o centro. Estruturalmente, na visão do autor, a relação estabelecida entre centro e periferia opera de modo a criar e manter os desequilíbrios do ponto de vista do crescimento econômico. A migração é uma resposta variável a esta diversidade espacial em termos de produção, com diferentes formas de causalidade, carácter e impacto.

Giddens (1994) aponta para um modelo de determinação e ação social mais abrangente onde os atores sociais surgem como sujeitos do processo e da decisão de migrar. "Os atos individuais são acontecimentos sociais inseridos em circunstâncias históricas específicas". Estas circunstâncias condicionam as decisões mas não as determinam, eliminando a ativa participação dos indivíduos.

Salt propõe valorizar a abordagem sistêmica, encarando a migração como um processo dinâmico que reflete os contextos complexos nos quais ocorrem os movimentos. Esta abordagem assumiu alguma preponderância, sobretudo a partir de 1970.

Keynes, (APUD ROCHA-TRINDADE,1995) por sua vez, enquadra-se na teoria do mercado de trabalho que, quando usada no domínio das migrações, realça os fatores de procura e oferta de mão de obra. Este autor afirma como sendo fundamental o nível de salários. Considera a mão de obra como um recurso flexível e não apenas um simples recurso permutável.

Lind apud Jackson (1991) repensa este modelo privilegiando outros fatores para além do emprego, tais como: as infra-estruturas locais, os aspectos sociais e culturais ligados ao meio, entre outros.

Amaro apud Saint-Maurice (1997) afirma que as remessas de dinheiro dos emigrantes para os países de origem constituem uma das rubricas de crédito mais importantes em termos de balança de pagamentos. Estas atenuam a dívida externa do país de emigração. Entretanto, não se devem ignorar alguns problemas estruturais que relevam das formas de dependência relativamente ao exterior.

Ravenstein (APUD ROCHA-TRINDADE, 1995) após estudar empiricamente as migrações internas em vinte países, concluiu que existem fatores (repulsivos e atrativos) atuando no seio deste fenómeno. O fator económico surge como causa fundamental das migrações. Os homens deslocam-se na procura da maximização dos bens e minimização das desvantagens. Os indivíduos fazem uma escolha racional -teoria da escolha racional ou seja, dominam, em termos de conhecimento/informação, a nova situação e as consequências da decisão.

A identificação de fatores de migração, nos dois extremos do percurso migratório, tem sido desde as formulações clássicas, uma preocupação das teorias das migrações.

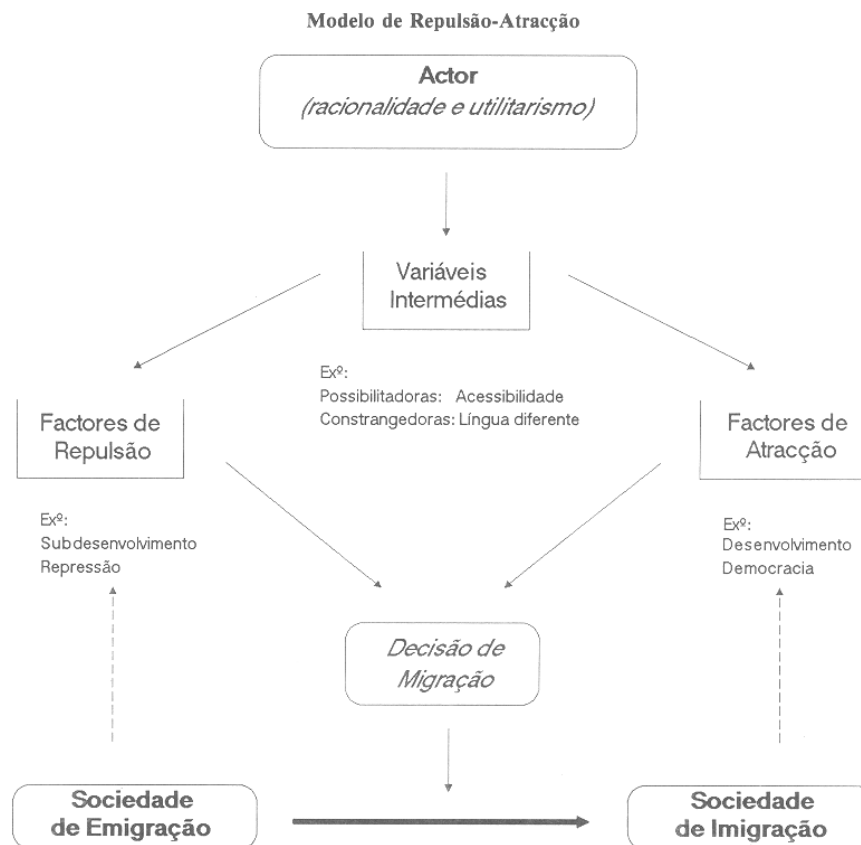
1.2 Teorias e Modelos:

Entre os modelos mais conhecidos destacam-se: o modelo macroeconómico, o Microeconómico, as teorias do capital humano, a Perspectiva histórico-estrutural, Teorias dualistas do mercado de trabalho, Teoria da Nova Divisão Internacional do Trabalho (NDIT) a Teoria dos enclaves económicos e o modelo de Repulsão-Atração sendo este último focado de forma mais detalhada a seguir.

A matriz clássica destes modelos chamados de “repulsão –atração” foi estabelecida nos fins do século XIX por Ravenstein, (APUD ROCHA-TRINDADE,1995) a partir dos exemplos das migrações no país de Gales e na Inglaterra, tendo depois generalizado na literatura especializada.

Assim, desde o final do século XIX, tornou-se tradição sociológica analisar as migrações em termos de fatores de repulsão e de atração (repulsivos e atrativos) que atuam no seio deste fenómeno. A teoria clássica das migrações, da qual Ravenstein (APUD ROCHA-TRINDADE,1995) é o

principal precursor (1885-89) centra a sua atenção em fatores ligados ao local de partida (origem) e de chegada (destino). Considera-se, no entanto, outras variáveis que interferem, positiva ou negativamente, na decisão individual de migrar. O esquema apresentado a seguir, sintetiza a idéia do autor:



As teorias baseadas nos modelos de repulsão-atração pressupõem que, visando a maximizar as vantagens e a reduzir o desconforto, o homem é conduzido a efectuar escolhas racionais em função de determinadas “pressões”. Estas pressões, os factores de repulsão e atracção, “empurram” os indivíduos do seu local de origem, “atraindo-os” para outros locais.

Os factores de repulsão considerados são, fundamentalmente, de ordem económica e incluem: escassez de terras, desemprego, baixos salários, seca, fome, explosão demográfica. Os factores de atracção constituem alternativas aliciantes aos de repulsão, acrescentando-lhes as vantagens da vida urbana, em contraposição à suposta estagnação vivida nas zonas rurais.

Na sua essência estas “leis da migração” enquanto contribuições teóricas de Ravenstein (APUD ROCHA-TRINDADE,1995) tentam explicar as migrações através de fluxos condicionados por uma série de variáveis e articulam aquilo que hoje denomina-se fatores de repulsão e de atração (push-pull).

Ao esboçarem uma abordagem analítica dos movimentos populacionais de acordo com os fatores associados às áreas de destino e de origem, essas “leis” constituem um primeiro ponto de partida para a teoria das migrações.

A contribuição de Ravenstein para a teoria dos movimentos populacionais demorou meio século até ser reconhecida, permanecendo até os dias atuais como a contribuição teórica mais significativa.

O modelo de Lee (APUD ROCHA-TRINDADE,1995) que representa o esquema teórico de Ravenstein, considera que para além dos factores de repulsão e de atração, há “obstáculos intervenientes” e fatores pessoais que tomam parte no processo migratório. Lee resumiu a abordagem das onze leis de Ravenstein a sete critérios, dando origem a um conjunto de preposições a saber:

1. Migrações e distância. A maioria dos migrantes desloca-se para curtas distâncias. Os migrantes que se deslocam para longe preferem geralmente fazê-lo para grandes centros de comércio e de indústria.

2. Migrações por etapas: As movimentações populacionais dão origem a correntes migratórias que se dirigem para os grandes centros de comércio e indústria:

Os habitantes das áreas rurais aglomeram-se nas cidades contíguas, que evidenciam um rápido crescimento; o lugar deixado vago por essas populações é então preenchido por migrantes oriundos de regiões mais afastadas. Desta forma a atração exercida pelo crescimento urbano se estende, passo a passo, até aos mais remotos lugares do território. O processo de dispersão é inverso ao de absorção, e apresenta características semelhantes;

3. Correntes e contra-correntes: Cada corrente migratória produz uma contra-corrente compensatória;

4. Propensão relativa das populações urbanas e rurais para a migração: A população urbana é menos propensa a migrar que a população rural;

5. Preponderância do contingente feminino nas migrações de curta distância; Os movimentos populacionais de curta distância são na maioria constituído por mulheres;

6. Relação da tecnologia com as migrações: O desenvolvimento dos meios de transporte e a expansão do comércio e da indústria conduzem ao aumento do fluxo migratório;

7. Domínio dos motivos de ordem econômica: Más leis ou leis opressivas, o agravamento dos impostos, climas pouco atrativos, meios sociais adversos e até pressões de vária ordem (tráfico de escravos, deportações) conduziram e continuam a produzir correntes migratórias. No entanto, nenhuma destas correntes pode ser comparada em volume com aquelas que estão na origem do desejo intrínseco à maioria dos homens em melhorar as suas condições materiais de existência.

Lee (APUD ROCHA-TRINDADE, 1995) considera que, por conseguinte, as migrações podem resultar duma comparação entre os fatores causais e as conseqüências. Adianta que a comparação dos aspectos positivos com os negativos não decide, por si, o ato migratório. Para além daqueles fatores, há todo um conjunto de “obstáculos intervenientes” existentes entre a origem e o destino. Entre esses a distância envolvida no ato migratório, as barreiras físicas, as leis imigratórias e os custos dos transportes de pessoas e bens.

Para o autor existem ainda fatores de ordem pessoal que facilitam ou retardam as migrações: as alterações no ciclo de vida, término da escolaridade obrigatória, entrada no mercado de trabalho, casamento, idade de aposentadoria; as capacidades pessoais, como a sensibilidade, e a inteligência do indivíduo, que lhe permitem avaliar a situação na origem e no destino e adaptar-se a um novo meio ambiente; os contactos e informações disponíveis acerca do meio social do destino.

O conjunto de hipóteses construídas pelo autor procura dar respostas a questões tão variadas como, por exemplo, o volume das migrações, o estabelecimento de correntes e contra-correntes e os aspectos relativos às características dos migrantes. A sua preocupação fundamental centra-se na compreensão dos efeitos nas áreas emissoras e receptoras de recursos humanos, dos processos de assimilação dos migrantes na sociedade de destino.

Germani (1971) faz uma crítica ao modelo de Ravenstein e propõe seu próprio modelo de análise. Para esse autor, o estudo das migrações reduz o

fenômeno a “uma espécie de equilíbrio mecânico de forças impessoais externas.” Essa perspectiva está diretamente relacionada com a urbanização europeia, impulsionada por fatores bem diferentes dos que predominam em outras regiões do mundo, na América Latina, por exemplo. Além disso, o modelo de Ravenstein (APUD ROCHA-TRINDADE, 1995) não permite analisar os processos de adaptação, aculturação e participação do imigrante na sociedade de acolhimento. Germani (1971) reforça que o estudo das migrações, visto em termos de fatores de expulsão e atração, “parece outorgar demasiada ênfase às motivações racionais” ou instrumentais. Para esse, o modelo de Atração/Repulsão não leva em conta a possível complexidade do processo psicológico que dá lugar a decisão de ir ou de ficar.

De acordo com essa crítica, o modelo assenta na idéia de “um arbítrio perfeitamente livre” (JACKSON, 1991) de uma “racionalidade formal universal” (SAINT-MAURICE, 1997) que, dado esses fatores de repulsão e atração, todo qualquer ator exerceria no sentido de maximizar vantagens e reduzir inconvenientes. A decisão de mudar aparece assim equacionada abstratamente, fora dos contextos históricos e sociais em que ela é ou não efetivamente tomada por indivíduos, famílias ou categorias mais alargadas, tendo em vista diversas circunstâncias, recursos e condicionamentos próximos. Por outras palavras, a insuficiência do modelo reside no fato de não terem em conta que a migração é, claramente, um processo seletivo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A enumeração das variáveis intervenientes nos processos migratórios: distância, crescimento urbano, transportes, etapas e motivos constitui, sem dúvida, um momento importante na história da teoria das migrações, especialmente ao salientar a importância fundamental dos motivos de ordem econômica subjacentes às migrações humanas.

A maior parte dos estudos analíticos que se seguiram chegou à conclusão que, no contexto das migrações voluntárias, os motivos de ordem econômica dominam a matriz de fatores intervenientes nas tomadas de decisão dos indivíduos e grupos.

De qualquer modo, o modelo continua a ser, com alguns aperfeiçoamentos posteriormente introduzidos,- como o que acrescenta, entre os fatores de repulsão e de atração, variáveis intermédias que podem ser facilitadoras ou constringedoras da decisão de migrar – um instrumento analítico útil para compreender a dimensão “macro” dos fenômenos migratórios. Ou seja, as condições ambientais, econômicas, sociais ou políticas que, nos pontos de partida e de chegada, favorecem a formação e durabilidade de determinadas correntes migratórias.

Abstract

This text is part of the High Degree Thesis: Health and life conditions of guineenses immigrants in Portugal, that had as objectives to know the profile of those immigrants, their health concept, the migratory process and the life conditions in the shelter country. Modern history is characterized for the intense space mobility of the population. There wasn't any society or economy that developed without this phenomenon being registered. The migrant concept has been associated to collective movements of people who, for many reasons, geographically dislocate their routine focus, in what concerns their habitation and work place. There are many theories and analysis models that try to explain the migratory process. Most of the analytical studies concluded that, about the voluntary migrations context, economic order reasons dominate among intervening factors in the individuals and groups decision. Between the known models, the most distinguished are: the Macroeconomic Model, Microeconomic, the Human Capital Theories, the Historical-structural Perspective, Theories of the Work Market, Theory of the New International Work Division, Theory of Economic Barriers and the Attraction-Repulsion Model. The ambient, economic, social conditions or politics, in the arrival and starting points, favor the current determined formation and durability of migratory.

Key-words: Migration. Migratory Course. Theories and Models.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- GERMANI, G. **Sociologia de la modernización**. Buenos Aires: Paidós, 1971
- JACKSON, J. A. **Migrações**. Lisboa: Celta, 1991.
- ROCHA-TRINDADE, M. I. **Sociologia das migrações**. Lisboa: Universidade Aberta, 1999.
- SAINT- MAURICE, A. **Identidades reconstruídas: caboverdianos em Portugal**. Lisboa: Celta, 1997.
- WALLESTEIN, I. **O sistema mundial moderno**. Porto: Afrontamento, 1994
- GIDDENS, A. **Capitalismo e moderna teoria social**. Lisboa: Presença, 1994.

